

INFRAESTRUTURA

Lula desiste de privatizar hidrovias

Pressionado por indígenas, presidente revoga decreto que previa estudos para desestatização de canais no Norte do país

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva revogou, ontem, o decreto que previa concessões de hidrovias nos rios Tapajós, Madeira e Cotins, todos na Região Norte do país. A informação de que o chefe do Executivo voltou atrás da medida assinada por ele em agosto do ano passado foi anunciada, na tarde de ontem, pelo ministro Guilherme Boulos, da Secretaria-Geral da Presidência e Sônia Guajajara, dos Povos Indígenas.

“Os povos indígenas vêm de uma manifestação de mais de 30 dias questionando o decreto, apontando os efeitos que poderiam ter para as suas comunidades, também para quilombolas e ribeirinhas. Após um processo de discussão dentro do governo, que ouviu várias posições, firmou-se a decisão pela revogação do decreto 12.600”, afirmou Boulos, ao lado da ministra dos Povos Indígenas.

A notícia da revogação do decreto ocorreu em meio a protestos de indígenas que, desde janeiro, posicionam-se contra a medida, no Terminal de Santarém, no Pará. O anúncio da revogação de Lula também ocorreu após uma reunião entre Boulos, Sônia Guajajara, além de um representante do Ministério de Portos e Aeroportos e cerca de 30 lideranças indígenas.

Segundo Sônia Guajajara, a decisão por voltar atrás na medida partiu do próprio presidente Lula, que comanda uma comitiva de ministros e empresários à Coreia do Sul. “Tomamos aqui uma decisão muito importante nesse diálogo com o presidente Lula, que mesmo em viagem escutou, dialogou com

a gente para que pudéssemos rever essa decisão. Os indígenas estão aqui pela segunda vez em 33 dias de ocupação com mulheres, crianças que conseguem lá acampadas com condições precárias, riscos e ameaças. Então, foi muito importante a gente também considerar essa questão humanitária que se encontra o movimento neste momento”, afirmou a ministra.

O decreto que inclui hidrovias dos rios Tapajós, Madeira e Tocantins no Programa Nacional de Desestatização (PND) permitiria a realização de leilões e obras de dragagens no local. O texto atinge uma extensão de mais de 3 mil quilômetros dos rios. Então responsável pelas ações de dragagem, o Ministério de Portos e Aeroportos anunciou, no final de semana passado, a suspensão de licitações para realização da remoção de sedimentos do fundo do rio. A suspensão das ações ocorreu em resposta às manifestações feitas por indígenas.

Manifestações

Os atos citados pela ministra ocorreram em um terminal portuário, localizado em Santarém, no Pará. Segundo os manifestantes, a possibilidade de trechos hidroviários serem lançados à iniciativa privada teria o potencial de ameaçar a existência de vida no rio e as comunidades ribeirinhas.

Instalados no porto administrado pela empresa Cargill, os manifestantes forçaram os funcionários a evacuar o terminal privado na semana passada. O porto foi escolhido para concentração dos indígenas por estar no mesmo local que um sítio arqueológico. O local, segundo a Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), contém

Divulgação/SGPR



Segundo Boulos e Guajajara, houve negociação com o Ministério de Portos e Aeroportos e outras pastas do Governo do Brasil

vestígios da mais antiga cidade do Brasil, uma civilização indígena estabelecida antes da colonização portuguesa da Amazônia. No local, segundo a SAB, há vestígios de ocupação indígena de cerca de 10 mil anos.

Protestos

A ocupação dos indígenas no porto de Santarém vinha sendo criticada por diversos setores da

economia. A Frente Parlamentar da Agropecuária, em nota, classificou a invasão como “ato ilegal e incompatível com o Estado Democrático de Direito”. Na avaliação da frente, a ocupação forçada de instalações privadas ultrapassa qualquer forma legítima de manifestação, sobretudo quando busca impor a paralisação coercitiva de atividades consideradas essenciais.

“É uma barbaridade, um absurdo completo essa questão da

invasão da Cargill, dito os indígenas, gente que não tem propósito nenhum de fazer o que está fazendo, detonando, literalmente destruindo o patrimônio alheio”, pontuou o deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também criticou as manifestações indígenas no porto de Santarém. Em

nota, a entidade classificou os atos como “inaceitáveis”.

“É inaceitável que uma empresa privada, que atua de forma regular, sob rígida observância da legislação e fiscalização permanente dos órgãos competentes, seja escolhida como alvo de ataques em razão de uma decisão de política pública federal cuja responsabilidade é exclusiva do Poder Executivo”, pontuou a Fiesp, à ocasião.

ESCALA 6 X 1

Jornada menor provoca debate

» PEDRO JOSÉ*

Duas entidades representantes do setor empresarial divulgaram estudos, ontem, calculando as perdas provocadas caso seja aprovado o fim da escala 6 x 1. A proposta entrará em votação esta semana, na Câmara.

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) realizou, um debate para discutir as propostas de alterações na legislação trabalhista e seus efeitos sobre o setor produtivo. O economista-chefe da entidade, Fábio Bentes, afirmou que a discussão sobre a redução da jornada de trabalho e do fim da escala 6x1 envolve aspectos estruturais das relações de trabalho.

“O custo de adequação para manter o funcionamento seria de R\$ 122 bilhões para o comércio e de R\$ 235 bilhões para o setor de serviços”, afirmou o economista, tendo o estudo em mãos. Segundo ele, para manter 447 milhões de horas semanais sem a escala 6x1, o comércio precisaria contratar 986 mil pessoas. “Não há mão de obra qualificada suficiente”, declarou.

A base governista, por sua vez, segue destacando a importância da redução da jornada. O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos, afirmou que acabará com a escala 6x1 é uma das principais prioridades do governo federal este ano. “A proposta que nós estamos defendendo, junto com o Lula, é o fim da escala 6x1, ou seja, no máximo 5x2. No mínimo, o trabalhador ter dois dias de descanso por semana livres e reduzir a jornada máxima para 40 horas semanais, sem redução de salário”, explicou Boulos.

Durante a participação na estreia do programa Alô Alô Brasil, da

CNI/Divulgação



A construção é um dos setores mais impactados, que pode ter aumento de 13,2%, segundo a CNI



No mínimo, o trabalhador teria dois dias de descanso por semana livres e reduziria a jornada máxima para 40 horas semanais, sem redução de salário”

Guilherme Boulos, ministro da Secretaria-Geral da Presidência

Rádio Nacional, veículo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Boulos disse também que a resistência de empresários à medida já era esperada, à exemplo do que ocorreu em outros avanços

históricos, como a implantação do salário mínimo, do 13º salário ou férias remuneradas. “Eu nunca vi patrão defender aumento de direito do trabalhador. Ele sempre vai ser contra”, afirmou.

Bentes, no entanto, alertou que a economia reage a mudanças nos custos. “Se sobrecarregarmos o empregador com custos trabalhistas, o negócio se torna inviável, forçando o repasse para os preços”, disse, ao informar que o aumento nos custos forçaria uma alta estimada de 13% nos preços do comércio.

Ele também citou risco de avanço da informalidade.

Custos na indústria

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais pode elevar os custos das empresas para entre R\$ 178,2 bilhões e R\$ 267,2 bilhões por ano.

O estudo divulgado pela confederação, ontem, considera dois

cenários para manter o nível atual de produção: pagamento de horas extras aos empregados atuais ou contratação de novos trabalhadores. De acordo com a entidade, haverá aumento de cerca de 10% no valor da hora regular para trabalhadores com contratos acima de 40 horas semanais.

No setor industrial, o impacto estimado varia entre R\$ 58,5 bilhões e R\$ 87,8 bilhões por ano, a depender do modelo adotado. Proporcionalmente, o aumento pode chegar a 11,1% da folha salarial da indústria. Dos 32 segmentos analisados, 21 tiveram elevação de custos acima da média do setor.

Entre os ramos mais afetados, a indústria da construção pode registrar aumento entre 8,8% e 13,2%, com impacto estimado em até R\$ 19,4 bilhões. A agropecuária teria alta entre 7,7% e 13,5%. A indústria de transformação pode ter elevação entre 7,7% e 11,6%.

***Estagiário sob a supervisão de Edla Lula**

COMÉRCIO EXTERIOR

Trump volta a ameaçar parceiros comerciais

» RAPHAEL PATI

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, fez uma nova ameaça aos parceiros comerciais que decidirem “fazer joguinhos” contra o país, após a Suprema Corte norte-americana suspender no último dia 20 a maior parte das tarifas de importação aplicadas pelo governo. Em publicação na rede Truth Social, do próprio Trump, ele alertou para um possível novo aumento dessas taxas. “Qualquer país que queira ‘fazer joguinhos’ com a decisão ridícula da Suprema Corte, especialmente aqueles que ‘passaram a perna’ nos EUA por anos, e até por décadas, será alvo de uma tarifa muito mais alta — e pior — do que aquela com a qual acabou de concordar. COM-PRADOR, CUIDADO!!!”, ameaçou o chefe de Estado.

Logo após a decisão do tribunal, Trump promoveu uma coletiva na última sexta-feira para anunciar a imposição de uma nova tarifa de 15% para todos os parceiros comerciais do país, sem exceção. A medida entrou em vigor durante a madrugada de sexta para sábado (21) e, com base na Seção 122 da Lei de Comércio dos Estados Unidos, pode permanecer em vigor em até 150 dias, salvo com aprovação do Congresso.

Ainda durante a manhã, o presidente dos EUA afirmou que não precisa do Congresso para obter a aprovação das tarifas, apesar do dispositivo utilizado por ele para impor as novas taxas prever essa condução. “Essa aprovação já foi concedida, de diversas formas, há muito tempo! Elas também foram recentemente reafirmadas pela decisão ridícula e mal elaborada da Suprema Corte!”, acrescentou.

Sobre a decisão da Suprema Corte de suspender as tarifas, Celso Figueiredo, sócio do Barral Parente Pinheiro Advogados e doutor em Direito Internacional pela Universidade de São Paulo (USP), explica que o tem o dever de interpretar as leis federais americanas à luz da própria Constituição dos EUA e, segundo ele, foi isso que

Saul Loeb / AFP



Para Trump, a decisão da Corte foi “ridícula”

ela fez nesse caso. “Isso, porque a decisão da Suprema Corte foi no sentido de que a prerrogativa de estabelecer tarifas de importação é do Congresso dos EUA, que pode delegar uma parte desse poder ao Presidente e, no caso em tela, o entendimento da Corte é que não houve tal delegação por meio da lei que o Trump havia utilizado para fundamentar a sua política tarifária”, ressalta.

“Portanto, das duas uma, ou o Trump se utiliza de alguma medida tarifária já balizada pela Suprema Corte como sendo de sua prerrogativa, ou negocia com o Congresso americano para mudar a lei que ele quis utilizar para deixar expressamente claro que ele poderá aplicar tarifas sob a sua égide”, acrescenta Figueiredo.

Reação brasileira

No último fim de semana, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, avaliou que o Brasil tomou as “decisões corretas” no diálogo com os EUA no âmbito do tarifaço “Uma parte das coisas já tinha sido mudada pelo próprio governo americano e agora nós tivemos outra decisão da Justiça americana contrariando aquilo que era a tese do presidente Trump”, afirmou o chefe do Executivo.